



DIÁRIO TUCANO

INFORMATIVO DAS BANCADAS DO PSDB NA CÂMARA E NO SENADO

Nº 1652, QUINTA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 2011

Deputados querem modificação na MP que flexibiliza regras de licitação para Copa e Olimpíadas

O PSDB sugeriu à liderança do governo na Câmara alterações à Medida Provisória 521/10, que flexibiliza as regras de licitação para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos. Originalmente, a matéria tratava apenas do aumento da bolsa para médico-residente de R\$ 1.916,45 para R\$ 2.338,06. No entanto, o governo incluiu no texto mudanças para os contratos ligados aos eventos esportivos. Na terça-feira, os tucanos protestaram contra a MP em plenário.

O líder da legenda na Câmara, **Duarte Nogueira (SP)**, destacou a importância de se preservar o bom andamento das licitações. “Os partidos de oposição na Câmara têm severas restrições quanto às alterações que o governo pretende fazer na Lei de Licitações e Contratos. Estamos apresentando nossos pontos de divergência, dada a extensa liberalidade e abertura para que haja desperdício de dinheiro público e a possibilidade de aumento de corrupção”, afirmou.

“Os partidos de oposição na Câmara têm severas restrições quanto às alterações que o governo pretende fazer na Lei de Licitações e Contratos”.

■ **Duarte Nogueira (SP)**

Entre as mudanças propostas estão a obrigatoriedade da licitação com a prévia elaboração de projeto básico vinculado ao processo e o condicionamento do início de obras à conclusão do projeto executivo. Essas condições são essenciais para a concordância e aprovação do texto.

Após inúmeras reuniões e um dia inteiro de negociações, o plenário adiou a votação do Código Florestal para a próxima terça-feira (10). Duarte Nogueira afirmou que o projeto já passou por ampla discussão e há “maturidade suficiente” para votá-lo. O líder tucano espera um consenso entre o governo e a base aliada para que o relatório do deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP) seja apreciado de fato na data marcada.

“A sociedade brasileira aguarda essa votação. Esse tema já foi fartamente discutido. Estamos praticamente há dois anos trabalhando essa matéria. Houve muitas oportunidades de participação, de debate e de discussão. Não podemos deixar de decidir”, avaliou o deputado.

@ Proposta é um novo “mensalão” do PT, alerta César Colnago

Senadores protestam contra medida provisória inconstitucional e anunciam ação no STF

Por sugestão do líder da Minoria, senador **Mário Couto (PA)**, o líder do PSDB no Senado, **Alvaro Dias (PR)**, e outros tucanos se retiraram do plenário em protesto contra a votação da Medida Provisória 513/10. Ela autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais a assumir direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Dias contou com o apoio de representantes do DEM e do PPS.

Os opositoristas apontaram o caráter inconstitucional da medida, principalmente por tratar de matérias desconexas, sem relação entre si. Diversos senadores, como Alvaro Dias, Mario Couto, **Aloysio Nunes Ferreira (SP)** e Demóstenes Torres (DEM-GO), destacaram que a MP não tem os pressupostos de urgência e relevância.

Após o protesto da oposição, o Senado aprovou a medida provisória. Alvaro Dias anunciou que entrará com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a proposta, que segue para sanção presidencial. O tucano,

no entanto, disse que ainda não há definição de data porque o texto precisa ser preparado.

“Esta medida provisória, além de não preencher os pressupostos de constitucionalidade de relevância e de urgência, é daquelas matérias que são conhecidas como árvore de Natal, tal a quantidade de penduricalhos que estão inseridos. O Congresso não pode aprovar medidas tão flagrantemente inconstitucionais como a MP 513, que representa uma nova afronta. O Parlamento tem o dever de respeitar a lei, especialmente a Carta Magna”, afirmou o líder.

Ao justificar o protesto, o tucano enumerou os diversos assuntos relacionados no texto da matéria. “A MP 513, além do objetivo original, trata de subvenção ao BNDES, de recursos para o Fundo Soberano, do lançamento de Letras do Tesouro, aumentando a dívida pública, trata do Plano de Viação, de doações ao Haiti, enfim, de matérias absolutamente desconexas e que não guardam relação entre si”, completou o senador.

Carlos Roberto e Ataídes de Oliveira tomam posse e reforçam bancadas do PSDB

O deputado **Carlos Roberto (SP)** e o senador **Ataídes de Oliveira (TO)** tomaram posse e reforçaram as bancadas tucanas. O paulista substituiu o deputado Rodrigo Garcia (DEM-SP), nomeado secretário de Desenvolvimento Social de São Paulo. Empresário e ex-vereador de Guarulhos, Carlos Roberto apresentará projeto de lei chamado "Mutirão Profissionalizante".



O objetivo da proposta é qualificar os jovens brasileiros conforme a demanda e a necessidade do mercado de cada região. "Precisamos ampliar as discussões para que o Brasil não fique atrasado com relação ao mundo. Nós temos que ter muita consciência que, produzindo mais, melhor e com menor preço, vamos ter uma amplitude da nossa sociedade", afirmou.

Para o tucano, com uma formação técnica e rápida, o Brasil gerará mais emprego e renda. E, assim, poderá competir em igualdade com China, Estados Unidos e Europa. O parlamentar aponta que o governo federal não gastará nenhum centavo com o projeto, pois serão

usadas as áreas públicas existentes, auditórios disponíveis e educadores da rede pública.

Já o empresário Ataídes de Oliveira assume no lugar de João Ribeiro (PR-TO). O empossado é empresário, advogado, contador e professor universitário. No setor público, ocupou um cargo de servidor concursado na Previdência Social. No Senado, ele vai lutar pelo desenvolvimento do Estado de Tocantins.

"Nosso objetivo maior é olhar aquele povo e cuidar de Tocantins. Vamos lutar dia e noite para levar recursos e empresas para o Estado", ressaltou. Oliveira pretende apresentar propostas para combater o uso de drogas em todo o país e atuar na área social. Ele está no PSDB há dois anos.

Em outra ação, decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) determinou a posse do senador eleito pela Paraíba Cássio Cunha Lima. Ele foi o mais votado nas eleições passadas para o Senado, mas aguardava resposta do Supremo. Caberá ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) da Paraíba diplomar o senador.  



Tucanos cobram fiscalização e transparência nas áreas de saúde e educação

Em audiência na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, os deputados **Delegado Waldir (GO)** e **Vanderlei Macris (SP)** cobraram mais fiscalização e transparência na utilização dos recursos públicos nas áreas de saúde e educação. O ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Jorge Hage, participou do debate, que discutiu os indícios de fraudes nos setores.




A Controladoria, segundo Hage, necessita de mais pessoal para atuar na fiscalização. Atualmente, o órgão tem 2,4 mil servidores. Delegado Waldir considerou insuficiente o número de funcionários. "Isso é um absurdo. Como a CGU fiscaliza com 2,4 mil funcionários? É uma covardia o que tem sido feito com os recursos da União", avaliou.

Entre as irregularidades, o ministro citou a falta de


fornecimento de merenda escolar, fraudes em licitações e condições inadequadas de armazenamento de alimentos. Durante a audiência, foi mostrada uma foto de mantimentos no banheiro de um colégio. Waldir condenou a situação: "É uma vergonha a imagem de um sapo no meio dos alimentos, como mostrou o ministro. Nosso dinheiro está indo para o ralo."

Macris defende o reforço da área de controle e acompanhamento. Segundo ele, o governo não deve retirar do Legislativo e do Tribunal de Contas da União (TCU) o poder de fiscalização que a sociedade exige em relação aos gastos públicos. "O ministro disse que há um esforço pela transparência por parte do governo, mas não é bem assim. Ele mostrou fragilidade em termos da estrutura que tem a CGU para fiscalizar os convênios no Brasil", opinou.  

Leia também em nosso blog:

- Planalto manobra para impedir discussão na Câmara sobre encargo na conta de luz 
- Sampaio: relatório do processo que investiga Jaqueline Roriz será entregue antes do prazo
- Aumento da inflação é reflexo do gasto excessivo da administração do PT, afirma Alfredo Kaefer 
- Duarte Nogueira comemora 11 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal 
- Aécio Neves apresenta projetos para recompor perdas de estados e municípios
- Rogério Marinho pede informações a Fernando Haddad sobre uso político de livros didáticos
- Leréia assume presidência da Comissão de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso
- Ministro confirma suspeita de ingerência do governo em negócios privados, diz ITV
- Carlaile Pedrosa propõe indenização a regiões inundadas por construção de barragens
- Direto do Twitter, com os deputados Duarte Nogueira (SP), Rui Palmeira (AL), Vanderlei Macris (SP), Vaz de Lima (SP) e o senador Alvaro Dias (PR)
- Direto do Plenário, com o deputado Alfredo Kaefer (PR) e os senadores Aloysio Nunes Ferreira (SP) e Mário Couto (PA)

EXPEDIENTE - Câmara dos Deputados - Anexo II, sala 131 CEP 70160-900 Brasília (DF) ■ Telefone: (61) 3215-9351 ■ Fax: (61) 3215-9350

■ Coordenador de redação: Marcos Côrtes ■ Editores: Elisa Tedes e Gabriel Garcia ■ Reportagem: Alessandra Galvão, Artur Filho, Djan Moreno, Laize de Andrade e Letícia Bogéa ■ Editora da Rádio PSDB: Ana Maria Mejia ■ Diagramador: Francisco Maia ■ Op. de áudio: Elyvio Blower
As notas com conteúdo adicional no blog estão identificadas com , enquanto aquelas com boletim de rádio disponível em nosso site têm o símbolo 